

# SONORIDADES NA CIDADE ARACAJUANA: SONS, VOZES E PRÁTICAS CULTURAIS

*SONORITIES IN ARACAJU: SOUNDS, VOICES AND CULTURAL PRACTICES*

**Cleber de Oliveira Santana\***

## **Resumo**

Os estudos contemporâneos identificam a cidade como um espaço fértil para várias reflexões em torno das produções materiais de cultura, das relações de sociabilidades diferenciadas existentes, ou através das suas produções de memórias representadas nas expressões culturais, religiosidades, músicas, língua. O presente estudo tem como objetivo evidenciar as sonoridades presentes no cotidiano e nos momentos das celebrações festivas realizados pela população aracajuana pós 1855, quando o povoado torna-se cidade e capital, bem como os diversos ambientes e práticas culturais dessa população. Nesse sentido, realizamos uma interpretação dessas heranças culturais e alguns dos temas sempre recorrente que venho encontrando durante o levantamento está nas relações existentes entre a cidade, as sonoridades e o desenvolvimento urbanístico constante entre os séculos XIX e XX.

**Palavras-chave:** Cidade. Sonoridades. Aracaju.

## **Abstract**

Contemporary studies identify the city as a fertile space for various reflections around the material productions of culture, the relationships of existing differentiated sociabilities, or through its productions of memories represented in cultural expressions, religiosities, music, and language. The present study aims at highlighting the sonorities present in the daily life and at the moments of festive celebrations held by the population from Aracaju after 1855, when the town becomes a city and a capital, as well as the different cultural environments and practices of this population. In this sense, we perform an interpretation of these cultural heritages and some of the recurring themes that we have encountered during the survey are the relations between the city, the sonorities and the constant urban development between the nineteenth and twentieth centuries.

**Keywords:** City. Sonorities. Aracaju.

Os estudos contemporâneos identificam a cidade como um espaço fértil para várias reflexões em torno das produções materiais de cultura, das relações de sociabilidades diferenciadas existentes, ou através das suas produções de memórias representadas nas expressões culturais, religiosidades, músicas e

---

\* Doutorando em História Social (UFBA). Mestre em História Social (PUC-SP). E-mail: [cosantanacleber@gmail.com](mailto:cosantanacleber@gmail.com).

linguagens. O fazer da vida material e os modos de vida na cidade implicam em identificar por meio da rememoração do cotidiano quais as reminiscências que fizeram parte ou permanecem contribuindo com o pulsar da cidade. Assim, os pesquisadores serão capazes de realizar uma interpretação dessas heranças culturais e alguns dos temas sempre recorrente que venho encontrando durante o levantamento de pesquisa está nas relações existentes entre a cidade, as sonoridades e o desenvolvimento urbanístico constante entre os séculos XIX e XX.

Estudiosos sobre a cidade – como historiadores, geógrafos, filósofos ou cientistas sociais –, constroem, ou melhor, elaboram representações sobre o que seja uma cidade, e diversas metáforas e representações foram construídas ao longo do século XIX e do século XX para conceituá-la e compor a complexidade da tessitura urbana. Cada época e cada modelo convencional de explicação possuíam uma série de significações, conceitos e atribuições de valores.

Porém, essas construções de conhecimento tratavam de meras especulações ou modelos de pensamento, pois, quando confrontadas com a realidade, elas não correspondiam, ou não se encaixavam na proposta inicial. Modelos de cidade são, muitas vezes, apropriações de realidades díspares daquela que está recebendo ou migrando tais convenções e são propostas ou impostas de tal forma que criam artificialismo e tentativas utópicas. A pressuposição de que a cidade pode ser regida por uma lógica abstrata e universal constitui grave pretensão dos pensadores sobre cidade, esquecendo que a produção do espaço também é um elemento sociocultural e não só técnico. Além disso, “as imagens que se constroem sobre as cidades, nem sempre são imagens que revelam as diferenças, os conflitos e as contradições daqueles que vivem nelas” (MARCON, 2008, p. 102). Além disso, o mesmo autor ainda afirma,

os projetos urbanos e a arquitetura histórica ou do presente em cidades como Aracaju, não são socialmente neutras, elas interferem na organização social espontânea do espaço e tem a intenção de revelar uma idéia quase nunca democrática das diferenças que é sempre estereotipada e que invisibiliza ou deturpa as histórias de muitos. Nem por isto, no entanto, a cultura material (ou mesmo a cultural imaterial), também aquela que sobrevive com maior relevo de expressividade coletiva, pode

deixar de estar sujeita a re-significações específicas de atores sociais em contradições. (MARCON, 2008, p. 103).

O encontro da razão técnica enrijecida, da cidade fria dos códigos e dos modelos com os organismos vivos que transitam pela cidade quente que pulsa, promove um “choque de realidade”, e isso fica evidente nos objetivos complexos, conflitantes e multifacetados. Podemos perceber essa complexidade através das várias tentativas de uma padronização, como por exemplo, códigos de posturas e leis urbanistas que tentam realizar um enquadramento, uma espécie de disciplinarização da população, ou seja, as coisas não estão se encaixando e vamos “forçar a barra e na marra”. Será que conseguem?

Esse hiato entre o desejo de um vir a ser, por meio das criações sociais do espaço e das práticas urbanas, e a conjuntura real dos sujeitos e dos lugares acontece por conta das migrações e exportações de modelos e pensamentos, geralmente oriundos de uma metrópole externa, com outros níveis de desenvolvimento, que tenta aportar em colônias, muitas em processo de autoafirmação e formação enquanto cidade. Além disso, essas cartilhas rígidas têm concepções de uma implantação totalizante, querendo abarcar toda a cidade como um esforço global único, configurando, assim, ciladas de uma lógica universal, criando espaços imaginários definidores de limites, domínios e hierarquias.

Essas contradições também fizeram parte das nossas investigações. Na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, percebemos os fluxos e refluxos da cidade a partir de uma sociabilidade urbana praticada por meio de práticas culturais, baseados em registros históricos e fragmentos de memórias, na formação de práticas comuns realizadas e reelaboradas ao longo do tempo na cidade aracajuana. Isso fez com que identificássemos alguns aspectos, como por exemplo, os lugares e os tipos de encontros socioculturais aracajuanos, ou seja, modos especiais de legados.

As práticas culturais da cidade de Aracaju foram construídas e desconstruídas no âmbito da sociedade e encontravam-se interligados às mudanças políticas, econômicas e sociais, bem como às tradições nas quais estão inseridas, e às permanentes intervenções que são consequências dessas

mudanças. A urbe apresenta múltiplas informações e contrastes numa verdadeira trama por estar composta de tensões e interesses diversos, habitada por várias categorias de homens, mulheres e crianças com objetivos ecléticos, experiências distintas e funcionalmente diferenciadas.

A cidade de Aracaju desde a sua transformação de povoado a capital do Estado em 1855, obteve um projeto modernizador. Porém é necessário afirmar que são nas décadas de 20 e 30 do século XX, que esse projeto urbanístico\* tentando criar uma cidade projetada se consolidou, ou melhor, muitas propostas tinham sido realizadas, principalmente na região central da cidade, enquanto outras não passavam de sonhos e intenções.

É consensual na historiografia sergipana que foram entre o período compreendido de 1855 (fundação da cidade) e de 1920, que se obtêm traços mais significativos do que se pretendiam desde o projeto original, mediante as consequências econômicas positivas da II Guerra Mundial e o Centenário da Independência de Sergipe (1820-1920) com reformas e melhorias na cidade. Sobre isso, Ewerton Vieira Machado escreveu:

Aracaju só ganha fisionomia de cidade a partir das primeiras décadas do século atual (XX), quando começa a firmar-se na vida política e administrativa do estado e economicamente, quando os primeiros estabelecimentos industriais, surgidos ao final do século passado (XIX), provocam o início da formação de bairros, agora com características mais populares e fora do ‘quadrado de Pirro’ (MACHADO, 1989, p. 49).

O modelo nunca foi inteiramente implantado. Apesar de a cidade trazer traços ou elementos de modernidade como, por exemplo, a concepção de uma cidade projetada a partir de uma prancheta, conjunto de ruas retas e largas,

---

<sup>1</sup> O período compreendido entre 1855 e 1900, denominado de primeira fase de desenvolvimento urbano, apresenta a existência desse “projeto” modernizador que foi executado pelo Engenheiro Sebastião José Basílio Pirro. A concepção e o desenho urbanístico da cidade foi o resultado de engenharia em drenar charcos, pântanos e apicuns tendo como resultado um desenho urbano em malha e um desafio à supremacia da técnica, trabalho de engenharia e gestão de espaços, especialmente a parte central, hoje denominada de Centro Histórico que foi projetada de forma simétrica com um configuração de um tabuleiro de xadrez em quadras, com cruzamento das suas linhas retas a cada 110m X 110m, ruas com 60 palmos de largura e no sentido dos quatro pontos cardeais. No centro da cidade, foi prevista a construção das sedes dos poderes administrativos, políticos e religiosos, além do espaço para o comércio. Esse privilégio da parte central irá se contrapor aos núcleos periféricos que irão surgir sem organização e com adensamento populacional. Tudo isso obedecia a uma racionalidade como nova forma de construção das cidades que tiveram modelos nas cidades-capitais do século XIX.

racionalidade técnica e construtiva, existência de jardins e praças arborizadas e do esforço para que seu crescimento fosse de maneira organizada, em especial na parte central da cidade, não evitou que, fora do quadrilátero privilegiado, formassem os inchaços urbanos em localidades periféricas e bairros marginais sem organização, apoio público, com circulação reduzida por conta da existência de ruelas, morros, becos e ladeiras, bem como ocupadas por casas de palha e taipa.

Assim, duas cidades foram sendo construídas: uma da ordem, projetada, recebendo toda a infraestrutura necessária, arquitetura, serviços urbanos, com os padrões reguladores por um ideário de civilização e comportamento; a outra, a da periferia e dos arrabaldes, seja suburbana ou rural, expunha um contingente de moradores pobres morando em ruas tortas, calçamento irregular, casas simples, tanto no emprego do material quanto no tipo de habitação. O desafio foi tentar realizar uma administração que atendesse aos apelos das diversas categorias sociais e equalizar os atritos de interesses que não eram poucos nessas regiões fronteiriças e territórios diversos.<sup>†</sup>

Foi nessa confluência que a cidade de Aracaju, além de ser a capital, passou a ser a cidade com a maior importância econômica e política do Estado de Sergipe, tomando a liderança de outros municípios que possuíam uma situação de poder privilegiado dentro do cenário estadual sergipano, atraindo políticos interioranos que nela construíram suas casas, bem como comerciantes que abriram novos empreendimentos.

É dentro dessa configuração que as sonoridades urbanas e uma sinfonia (dis)sonante estarão como pauta de pesquisa e investigação nesse trabalho, numa perspectiva experimental a partir das percepções das múltiplas experiências sociais urbanas praticadas na cidade de Aracaju, tentando identificar como se deu o processo de transformação e expansão dessa cidade, desde o século XIX enquanto povoado, até quando atingiu o *status* de cidade já no século XX e como as sonoridades existentes durante esse período foram sendo produzidas, incorporadas e difundidas. E sabemos que o processo de

---

<sup>2</sup> Muitos conflitos podem ser observados em petições e processos judiciais salvaguardados no *Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe*, bem como na documentação do *Arquivo Público do Estado de Sergipe*, em ações referentes às solicitações de serviços públicos e em litígios de questões de propriedade.

transformação ou amalgamento de um povoado rural à cidade urbana proporciona a modificação dessas sensibilidades auditivas.

Essas impressões, vivências e experiências são marcas, memórias sociais em que a população plasma em seu cotidiano e em seus modos de vida. O ser urbano, por sua vez, inserido nesse contexto, caracteriza-se por possuir linguagens, vivências, intercomunicações sociais, sonhos e emoções – aspectos traduzidos no conceito de memórias urbanas. Decifrá-las é identificar as suas características, aos seus sinais, as suas percepções que nem sempre são visualizadas claramente no cotidiano pelo transeunte, pelo habitante ou pelo homem comum, tendo em vista o caráter efêmero nela impresso, onde as dinâmicas socioeconômicas imprimem um ritmo fugaz e, muitas vezes, automatizado.

É nessa cidade, com seus moradores, com suas práticas culturais e com seu cotidiano, que está o centro de nosso estudo, quando ainda o “bonde deslizava preguiçoso pelos trilhos”, poucos carros existiam circulando, bem como os laços de proximidade entre as pessoas, por conta da pouca densidade populacional, eram mais estreitos, o convívio social no cotidiano dos bairros era marcado pelas conversas à porta das casas, nas cadeiras, nas calçadas, e os espaços sociais e urbanos não tinham ainda sido destruídos para dar lugar aos novos equipamentos urbanísticos, como os habituais arranha-céus.

Desde os primeiros momentos da formação e da configuração da cidade aracajuana, cronistas, poetas, legisladores, memorialistas, escritores e cientistas expuseram, por meio das suas vivências e imaginação, questões relacionadas aos sons, silêncios, vozerias, ritmos, estribilhos, timbres ou barulhos que ocorriam na cidade, produzidos pela vida cotidiana através das ações culturais e dos ritmos domésticos dos protagonistas sociais em termos de sensibilidades auditivas na cidade.

Nesse sentido, iremos apresentar algumas considerações e aspectos de sonoridades que foram objetos de análise e que possibilitam entender a narrativa historiográfica em torno da construção da cidade, seus moradores e as sonoridades produzidas. Assim, vários temas serão trabalhados como as vozerias na cidade, o lufa-lufa das feiras livres, dobrados dos sinos das igrejas,

os tics-tacs dos relógios, os automóveis e o divertimento e multiplicidade musical. Começamos pelas vozerias...

A expressão vozeria é sinônimo de ajuntamento, reunião (festiva ou não), súcia, movimento em grupo por pessoas nas ruas. Essas expressões são valores pejorativos construídos pelo Estado regulador na tentativa de impedir relações de convivências solidárias e amistosas entre membros de um grupo, etnia, comunidade, na alegação do perigo que a concentração de gente considerada de menor qualificação social poderia acarretar.

A questão do “incômodo” das vozerias encontradas na cidade foi recuperada, inicialmente, por meio dos Códigos de Posturas em que nos artigos que tratam da proibição desses atos, expressava restrições com pagamento de multas e até pena de prisão. Outro indício estava nos Diários de Ronda Policial em que os lugares das práticas culturais, a ambiência das festas e suas tensões sociais eram relatados como perigosos para a população e que sempre foram objeto de fiscalização e vigilância pelo poder público.

Os aspectos do alarido – gritos, falatórios, algazarra, gritaria –, praticados no espaço público, eram tidos como um comportamento ofensivo à ordem pública. Proferir palavras obscenas ou injuriosas em lugar público ou particular, dar gritos, praticar atos ou ter gestos ofensivos à moral dominante, são itens a considerar em termos de constância do controle social na cidade, coadunando ou contribuindo, melhor dizer, com o discurso a ser propagado no século XX. Tal preocupação e práticas estão na origem da cidade, no século XIX, e herdadas pelo presente. Nesse sentido, apresentaremos, inicialmente, como essas construções culturais do século passado foram ressignificadas no dia a dia da cidade e transmitidas para o futuro para podermos melhor perceber a continuidade do processo e dos valores culturais.

A Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856, expressava “he prohibido fazer vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas sem ser para objecto de necessidade”, bem como “eh prohibido aos trabalhadores andarem gritando pelas ruas”. É mister considerar que Aracaju tornou-se capital a partir de 1855, sendo a Resolução de 1856 seu primeiro Código de Postura. Além da proibição à população em geral, o artigo 10 da resolução em questão, ressaltava os trabalhadores e atribuía pena de quarenta e oito horas de prisão e multa.

Outro artigo, também da mesma resolução, diz respeito a “proferir palavras indecentes, ou praticar gestos, ou tomar atitudes da mesma natureza, ou apresentar quadros ou figuras ofensivas à moral pública”. Nesse último item, o agravante era se a pessoa que cometeu tal ato fosse escravo, a multa reincidiria e seria paga pelo seu senhor. E, por último, temos a questão do trajar-se indecentemente pelas ruas, “trazendo mandriões sem camisa, com escândalo da moral pública”. Esclarecemos que mandrião segundo Dicionário Houaiss, refere-se a que ou aquele que mandria, que se mostra preguiçoso para trabalhar ou estudar, indolente. Nesses casos aqueles que fossem abordados pelas autoridades policiais, além de ficarem presos por cinco dias, também pagariam multa.

O ato de soltar foguetes, buscapés ou dar tiros de roqueiras, esse último referindo-se a um instrumento de ferro em forma canular com entrada por orifício para colocação de pólvora que em atrito com a armadilha também em ferro promove um estampido, também foram objeto dessa legislação, lembremos que a cidade de Aracaju localiza-se na região Nordeste do Brasil, onde festejos populares, brincadeiras, folguedos e diversões estão sempre presentes com práticas dessa natureza, porém esses atos eram passíveis de prisão por oito dias e ainda de pagamento de multa de 10\$000, considerado um valor elevado para a época em questão. Lembremos que até 1942, a moeda brasileira foi o mil-réis, grafado 1\$000. Um conto de réis corresponde a um mil réis e era grafado 1:000\$000. Após esse ano, o mil réis foi substituído pelo cruzeiro. Diante disso, podemos perceber que os valores atribuídos as multas pela infração da legislação em vigor na época, eram consideradas altas para uma cidade que se iniciava com presença de uma população pobre, escravos e poucos comerciantes.

Essas últimas normas, certamente, eram direcionadas para um determinado segmento da sociedade: os pobres. Proibir trabalhadores de andarem gritando pelas ruas, pronunciar palavras e trajar-se indecentemente, bem como soltar foguetes, constituiu de fato um item a considerar para um povoado que tinha pouco tempo, dois anos apenas, recebido o *status* de cidade e de capital, sendo sua primeira resolução de normas de 1856 e que, ao que parece, necessitava mostrar sua entrada na novidade ou, pelos menos, nos

conceitos dela gerados. Além disso, como impor para um povoado, na época, que certamente possuía um ritmo próprio e que não fora preparado para a responsabilidade de acolher a novel capital do Estado, novas formas de comportamento? Nesse sentido, é possível conjecturar que existia uma contradição entre a cidade real, ou o que deveria ser escondido, e a cidade ideal, ou o que deveria ser mostrado.

Realizando um avanço no tempo vamos encontrar o artigo 125, do Código de Postura de 1926, que permaneceu vigente durante o restante da década de 1920 e por quase toda a década de 1930, diz expressamente “é proibido no município todo e qualquer alarido que perturbe a ordem pública, salvo invocando socorro em caso de perigo”. O artigo 245, agora do Código de 1938, também enfatiza a proibição, quando no seu parágrafo primeiro expõe que ficará sob pena de multa de 40\$000 “todo e qualquer alarido à noite, salvo invocando seu povo em caso de perigo” e acrescenta que também é proibido “dar tiros a qualquer hora do dia ou da noite, salvo no desempenho de deveres do serviço público e nos casos de legítima defesa, da pessoa ou da propriedade”.

Podemos perceber que o ato legislador do controle e fiscalização de uma parte específica da população perpassou pelo século XIX e avançando no século XX. As práticas sociais e a visão que o Estado possuía sobre a população não sofreram grandes alterações e isso foi possível quando visualizamos isso nas questões das vozerias e na atribuição sobre o barulho na cidade.

À medida que a cidade crescia comportamentos, legislações e outras normas iam sendo modificadas, inventadas e introduzidas na vida social da cidade, porém verificamos também que a ordem estabelecida nem sempre era a ordem pretendida ou almejada, o que nos leva, a princípio, a afirmar que a ordem pretendida ou idealizada nem sempre coadunava com a ordem estabelecida. É possível identificar, então, um modelo de cidade sendo construído, tentando perceber suas contradições, seus discursos e suas práticas dissonantes. Nessa abordagem outros aspectos da cidade e a questão dos sons que nela irradiavam como, por exemplo, as feiras livres na cidade foram também objeto de estudo e investigação.

A feira livre constitui um local privilegiado nas cidades, o local do mercado onde se misturam, por um lado, a conversa diária rotineira e, por

outro, as chamadas e o discurso sedutor dos vendedores (LINDENFELD, 1999). A conversa diária corresponde à comunicação ordinária, palavras de natureza puramente comercial, ou não, entre os vendedores e clientes. Já as chamadas são também conhecidas como pregões, uma criação sonora de profissionais livres – vendedores e compradores dos mais variados objetos, doceiros, baleiros, sorveteiros, ou pequenos artesãos, como amoladores, consertadores de guarda-chuva e panelas (TINHORÃO, 2005). Por último, temos o discurso sedutor, que por sua vez, tem por objetivo principal chamar a atenção da clientela para a mercadoria e incitá-la a comprar. Esses processos de comunicação oral e o uso de recursos verbais e linguísticos fazem parte de uma estrutura sociológica e histórica na transmissão de saberes e de uma tradição nascida nas ruas.

Os gritos dos vendedores ambulantes, nas ruas das cidades, datam de época muito antiga. Eles são a primeira forma oralmente de publicidade, além de promover comunicação. Num tempo onde a cultura letrada era reservada a uma classe de privilegiados e onde a proporção dos iletrados continuava considerável, a “gritaria” de suas mercadorias era o único meio de que dispunham os comerciantes para informar a sua clientela. Além disso, a venda nas ruas estabelecia contato, permitia troca de informações e garantia a sobrevivência (ROLNIK, 1999).

Sobre o funcionamento das feiras de outrora na cidade de Aracaju, o artigo 2 do Código de Posturas de 1858 prevê que a mesma “terá lugar nas segundas-feiras de cada semana das 7 horas da manhã até às 3 da tarde, e nella se exporão á venda quaesquer mercadorias, e especialmente farinha, feijão, milho, arroz, legumes, frutas, assucar, café, azeite, aves, ovos, e peixe”. Em Aracaju, nessa época, a questão das feiras e do comércio miúdo de todos os gêneros, quinquilharias e bugigangas, era vista como “um comércio de réis dos mais pobres, porque os ricos satisfaziam as exigências gustativas comprando nos armazéns atacadistas e varejistas” (SANTOS, 2008, p. 26).

Encontramos outros indícios sobre as feiras aracajuanas no Relatório do Presidente da Província de Sergipe Del Rey, Luiz Álvares D’Azevedo Macedo, publicado em 1872. No relatório ele descreve seu cenário afirmando que desde logo cedo, “pela manhã centenas de pessoas de ambos os sexos, à pé, à cavalo e em carroças, chagavam à cidade”. Segundo ele, “invadindo a rua do comércio

pelo cais, pelo centro da cidade e pelas calçadas.” Por último, pronuncia sua preocupação onde diz que os comerciantes “faziam o seu comércio no meio de gritos descompassados”.

A partir desses dois exemplos podemos perceber que existia um burburinho no dia em que a feira era estabelecida na cidade. Pelos recortes, vimos que a necessidade alimentar era consumida por meio de produtos oriundos do interior sergipano e possivelmente de plantio nos arrabaldes da cidade. Pelos produtos listados o consumo era direcionado para uma cultura de subsistência de necessidades básicas e havia uma diferenciação entre classes sociais entre os que compravam nas feiras livres e os privilegiados que realizam suas compras nos armazéns denominados de secos e molhados. O lufa-lufa da população, passos apresados, o vai e vem, os trotares e os relinchares dos cavalos e os chiados e frenagens das carroças são indícios fortes das sonoridades presentes nos das feiras livres.

A figura do vendedor seja nas feiras ou nos estabelecimentos comerciais era uma presença privilegiada. E vamos encontrar esses personagens desde o século XIX até os dias atuais. Para o século XIX em Aracaju tivemos também o trabalho compulsório dos escravos de ganho e dos libertos, que inclusive ainda não obteve um merecido estudo e tratamento por partes dos pesquisadores sobre seus aspectos culturais.

Vários estiveram presentes nesse comércio livre do século XIX, como por exemplo, as quitandeiras com seus tabuleiros, aguadeiros com seus barris ou ancoretas de água para venda, vendedores de leite e lenha, todos aos berros, tentando atrair clientes/fregueses para seus negócios. Sobre as quitandeiras, em especial, vistas pelos jornais com um perfil de “negras atrevidas que avançam e insultam a todos em sua meia língua”. Elas dedicavam ao comércio ambulante contornando ruas, becos, praças e ruelas da cidade e iam de porta em porta oferecendo seus produtos e guloseimas em cestos e tabuleiros com verduras e hortaliças, frutas e doces, ervas e flores, utensílios de cozinha e tanto outros. “Aracaju também conheceu e vivenciou a alegria e tagalerice das quitandeiras” (SANTOS, 2008, p. 72-3) que, durante o período do Brasil Colonial, foram também chamadas de negras de tabuleiro dedicando ao comercio ambulante.

A historiografia brasileira apresenta que as escravas de tabuleiro alternando com vendedores livres, caipiras e mestiços em boa parte do Brasil, vendiam quitutes e biscoitos, garapa, aluá, saúvas e peixes. A troca dava-se também entre escravos de bens de prestígio, com aguardente ou fumo, ou produtos mágico-religiosos, como ervas, velas, estatuetas de barro, frangos, adquirindo um sentido além do econômico, estabelecendo relações comunitárias e recriando laços que o pequeno comércio selava e perpetuava (ROLNIK, 1999).

Os usos da cidade eram realizados por diversos segmentos da população e, além disso, as transformações urbanas existentes em termos de avanços tecnológicos também permitiam mudanças em termos comportamentais. Um exemplo disso foram às formas de comunicação através dos sinos e dos relógios, que proporcionara identificar as relações entre as sonoridades e o desenvolvimento urbanístico da própria cidade de Aracaju.

O badalar dos sinos constituíram um autêntico sistema de comunicação coletiva, marcando os ritmos da vida cotidiana, até sofrerem um processo de dessacralização contínua. Eles participavam diretamente do fazer da cidade nas relações de ordem, estabilidade e vizinhança, no compartilhamento vital entre os que nascem, trabalham, casam, agonizam e morrem. Outro dado importante que os sinos contribuíram muito na questão da territorialidade e na espacialidade da cidade. Nas cidades antigas, por exemplo, “não cresciam além, dos limites físicos do corpo humano, das distâncias, das caminhadas e da audição” (MUNFORD, 1998, p. 76). Os dobres, toque e repiques dos sinos foram durante muito tempo praticados para diversas utilidades como forma de comunicação entre a população e o local. Dentre os múltiplos usos, tivemos sinal de alerta, toque de incêndio, desmoronamento, inundações, uma espécie de chamamento geral em momento de perigo eminente. Esses sinais eram reconhecidos e decodificados pelos moradores através dos tipos dos dobrados emitidos.

As peculiaridades de seus múltiplos usos, assim como o número e as características de cada um de seus inúmeros dobres, toques e repiques, eram amplamente conhecidos e claramente decodificados pelos moradores da cidade. Das matinais aos toques de recolher, dos Te Deuns aos repiques de Aleluia, dos finados à Ave-Marias, passando pelos toques de incêndio,

desmoronamento, inundações, mortes, nascimentos etc., os sinos eram elementos fundamentais tanto para a comunicação urbana quanto para o desenvolvimento das experiências cotidianas. (APROBATO FILHO, 2008, p. 26).

Porém não só os sinos emitem comunicação com a população, os relógios das igrejas, vistos também como sons institucionais são instrumentos que interagem com a cidade. Em notícia colhida num jornal local da cidade aracajuana, podemos apreender essa afirmativa, quando, em 22 de junho de 1932, o *Sergipe Jornal* informou que “tal é o contra-tempo que assume atualmente os nosso cidadão devido a estar silencioso o relógio da matriz”, acrescentando que a “velha pendula, presta bons serviços, fazendo levantar da cama o empregado dorminhoco que nas manhãs frias só abandona a tepidez dos lençóis a muque”. Além disso, na notícia, a falta do funcionamento do relógio da matriz eclesiástica, o semanário apela para as questões econômicas quando afirma que “nem toda casa tem relógio”, e considera “um objeto para certos lares, representa um adorno de luxo, pois o pobre não pode ter certas regalias comuns aos ricos.” Por último, conclama o cidadão vespertino que “será de máxima conveniência o concerto do relógio da matriz, pois o seu badalar, embora às vezes esteja fora do regulamento, mesmo assim vale muito e esperamos em breve o soar do velho relógio.”

Assim, os sinos e os relógios sejam das igrejas ou das praças, tinham uma função vital na comunicação urbana, que, paulatinamente, foi perdendo sua relação com o espaço urbano, tendo em vista o desenvolvimento e o alargamento do território, não sendo mais possível cobrir a área alçada pela cidade. Outros meios de comunicação tiveram que ser estabelecidos para dar conta da dimensão geográfica da cidade, como as rondas e patrulhas e os serviços de telecomunicação, pensando nas novas percepções e sensibilidades que se constituíram com a vida urbana. Posteriormente vieram as sirenes, inicialmente das fábricas e depois dos automóveis (SCHAFER, 2001).

O som promovido pelo escapamento livre dos automóveis começou a ser um objeto de desconforto sonoro que necessitou ser incluído como proibição em um código de posturas, isso somente na década de 1930, pois os primeiros automóveis na cidade de Aracaju, datam do primeiro decênio do século XX. Isso

pode ser confirmado realizando um confronto entre o Código de Posturas de 1926 com o Código de Postura de 1938, e podemos perceber que, no primeiro, existe uma seção denominada *Segurança* em que, no item “trânsito público” existem muitos artigos dedicados ao uso de animais em vias públicas, expressando “ser proibido correr a cavallo pelas ruas, avenidas e praças da cidade” ou “atar animais às portadas, postes de iluminação ou bondes, de linhas telegraphicas ou telephônicas”. No Código posterior, o andar a cavalo pela cidade aparece somente uma única vez no art. 221 § 7, que diz “será passível de multa de 30\$000 todo aquele que andar a cavalo ou conduzir a cavalgadura sobre os passeios ou jardins ou sobre eles conduzir motocicletas, bicicletas ou carrinhos, exceto os de crianças e de paralíticos”. Em contrapartida, nesse mesmo Código, além dos artigos 2, 32, 63, 104, 140, 167 e 184, existe uma seção denominada *Trânsito Geral de Veículos*, que trata especificamente sobre isso com os artigos 208 a 218. Perceber então, que o processo de disciplinarização ou pelo menos, regularização dos costumes com modos de comportamentos e inclusão de novos equipamentos e valores na cidade, permitiu ou ocasionou mudanças também na legislação. E a presença de carros transitando pelas vias públicas tornou-se novidade, pois, durante a década de 1930, a cidade estava ainda em processo de adaptação junto das antigas estruturas de locomoção.

As sonoridades promovidas pelos automóveis, bondes e trens substituíram os sons produzidos pelas mulas, cavalos, carroças e charretes de outrora. Não que esses últimos deixassem de existir, mas agora já havia presença de novos sons e de novos ritmos que a sociedade precisava amalgamar e incorporar em seus ouvidos como camadas sonoras difusa, vista como a totalidade de sons que, sobrepostos e mesclados de forma contínua e crescente, estavam presentes nas ruas e nos espaços públicos da cidade.

A cada processo de desenvolvimento urbano, antigos costumes deixavam de ser objeto de preocupação na legislação e outros eram incluídos. Isso se deve porque novas formas de locomoção foram sendo incluídas no espaço urbano e/ou porque os processos ditos civilizatórios, de comportamentos impostos, foram se ajustando. As palavras do memorialista Murilo Mellins traduzem bem isso quando afirma sobre a existência de carros nas décadas de 30 e 40 em

Aracaju, que “na época em que existiam poucos carros de aluguel e em que os transportes eram os bondes, os aracajuanos ‘sabiam de cor’, as chapas dos automóveis particulares” (2000, p. 59).

A inserção de novos equipamentos, mecanismos e tecnologia são percebidos a partir das impressões, pistas e vestígios herdados de um passado e, nesse sentido, “habitar é deixar rastros” (CARLOS, 2001, p. 5). Essas mudanças irão proporcionar circulação de pessoas, mercadorias e ponto de convergência que “facilitará assimilação de novos hábitos e transformará os existentes fazendo com que sempre esteja presente a ideia do novo, dando a cidade essa característica que é a sua marca: a busca da modernidade” (NUNES, 2005, p. 01).

A cidade de Aracaju sempre teve como ordem um ideal imaginário, tendo como base um implemento técnico que fez dela um “espaço de fluxo, de circulação, acessibilidade, centralidade geopolítica e econômica” (SANTOS, 2007, p. 18). Porém, Aracaju sempre manteve uma mistura de características rurais ou considerados arcaicos com símbolos e sinais de modernidade e civilidade. Conforme Kátia Loureiro (1983), quarenta por cento dos prédios existentes em 1934, em Aracaju, eram classificados como mocambos. Porém não se pode falar em mudanças radicais, bruscas, nem tampouco assimilação imediata das “modernidades”, os valores e tradições iam sendo transformadas, amalgamados e substituídos de acordo com processo de absorção dos novos conceitos pela sociedade. O que prevalecia na cidade era o ideal de moderno ou de querer ser moderno, tendo em vista a sua concepção inicial. Diversos aspectos sofreram influências dessas concepções na área física da cidade, na área dos comportamentos, bem como na área do lazer.

Sobre o lazer e os tipos de diversão eles estavam diretamente associados as mudanças dos equipamentos urbanísticos da cidade e os conceitos sociais. Por exemplo, existiam várias maneiras e concepções de lazer e de divertimento, indo de um simples passeio pela cidade ao “rala coxa” nos inferninhos, nos botequins, nos bares-dançantes, nas residências, nos encontros festivos de celebrações, identidades e pertencimentos ou às sessões de cinema e teatro. Esses ambientes e práticas eram exercidos por algumas categorias de músicos, artistas e brincantes, promovendo o que chamamos de mediações culturais,

onde há trocas, e não imposição de saberes entre os integrantes que participam da festa através de uma sociabilidade<sup>3</sup> na produção e reprodução de cultura entre os membros sociais. Sobre esses espaços de socialização, Roberto da Matta afirmou que eles “servem de mediação entre segmentos sociais com interesse social e politicamente contrários” (1997, p. 135). Isso faz parte do resultado das práticas culturais da cidade que são construídas e desconstruídas no âmbito da sociedade e encontram-se interligados às mudanças políticas, econômicas e sociais, bem como às tradições nas quais estão inseridas. A urbe apresenta múltiplas informações e contrastes numa verdadeira trama por estar composta de tensões e interesses diversos, habitada por várias categorias de transeuntes com objetivos ecléticos, experiências distintas e funcionalmente diferenciadas.

Foram nas ruas, nos cafés, nos bares, nos cabarés, nos botequins, nos mercados, nas residências, nas festas de terreiro, cinemas e nos teatros, espaços de grande movimentação no aspecto da extroversão e de reuniões festivas da população aracajuana, que encontramos tanto heranças e práticas culturais como uma vigilância e controle social por parte do Estado. Muitos personagens fizeram parte desse cenário que marcaram as sonoridades da cidade como os cantores de bares e cafés e os músicos de rua que viviam de contribuição eventual e muitos moradores aproveitavam esse momento de lazer ouvindo canções, seresteiros, violeiros e sambistas.

Muitos desses ambientes, por serem de características públicas, estavam sempre abertos para entrada de clientes em busca de lazer e prazer, encontros e conversas, ponto de abrigo preferido dos populares, tornando-se espaços de sociabilidades. Nesses lugares eram encontrados não só música, bebida, mesa farta, jogos e prostituição, mas dinâmica interna das tensões sociais quer pelas brigas, desavenças, confusões, conflitos, praticados por frequentadores ou pela própria polícia. Porém, eram nesses ambientes que as conversas informais, os

---

<sup>3</sup> Por sociabilidade compreendo como as relações estabelecidas entre membros de um grupo ou segmento de uma comunidade, onde interesses comuns são compartilhados nas vivências e experiências, buscando manutenção de identidades e laços de pertencimento, seja com o lugar (moradas, prédios, calçadas, ruas, praças) ou com os indivíduos (relações sociais). Conhecer e reconhecer-se fazem parte dos códigos inerentes ao grupo, uma espécie de mensagem comum, e quem dela participa está imbricado em sintonia, seja de vizinhança, de fronteiras, religiosas, cívicas, de parentescos, de pertencimento, de escolha e de preferência. Tensões sempre existirão, tendo em vista que se trata de um diálogo e de um entendimento entre os membros de um grupo para atingir objetivos comuns.

encontros socioculturais se realizavam, fossem ao redor de uma mesa ou encostado no balcão, ou nas próprias rodas das brincadeiras, nos papos na hora do descanso, no desabafo da luta pela sobrevivência e no acalanto de uma bebida para entorpecer a alma e o corpo (CHALHOUB, 1986).

Nos Diários de Ronda, nos processos criminais e nas notícias de jornais, diversas ações por parte do Estado foram encontradas a fim de monitorar o controle social urbano. Esses locais tornaram-se ponto de reunião, encontros de boêmios e se popularizaram de tal forma que sofreram intervenções municipais alegando a questão dos “ruidosos sons”. O privilegiado espaço para a vida festiva aracajuana foi, sem dúvida, sua região central e adjacências. Lá estava instalada a maior parte da diversão popular: os bares e botequins, casas de jogos de azar, pensões, barracas de vendedores ambulantes e prostíbulos – cenário de convivência conflituosa, negociação e atritos entre moradores, governos, frequentadores e prostitutas. A questão do transitar pela cidade e frequentar alguns espaços, públicos ou privados, também fizeram parte de legislações de outrora e até hoje possui nuances no cotidiano contemporâneo citadino, principalmente quando esses espaços eram direcionados para celebrações, práticas culturais e encontros que permitiam trocas de experiências das camadas populares.

No caso das sonoridades relacionadas ao divertimento noturno na cidade de Aracaju, a ideia da intenção do controle e da vigilância “das horas mortas da noite” esteve presente, tendo em vista que o perfil dos transeuntes em ambientes noturnos modificava-se, dando lugar para os prazeres, diversões, jogos e festas. A preocupação com o bem-estar dos doentes que se encontravam internados e com a perturbação das aulas nas escolas e colégios também fizeram parte das preocupações do Estado e estavam relacionados aos costumes e comportamentos de uma ordem pública que marcava a existência de uma linha divisória entre o legal e o interdito.

Sobre a sociabilidade e sonoridade do divertimento, para o século XIX, temos um relato de Maria Nely Santos, que merece ser reproduzido na íntegra devido a seu valor informativo,

quando a claridade da madrugada surgia, Aracaju despertava com o ruído das carroças dos varredores de ruas. Das quatro da manhã até

as dez do dia, os galés – indivíduos sentenciados a trabalhos forçados – sob a vigilância de funcionários da Câmara e de soldados da polícia faziam os serviços de roçagem, varriam as ruas e coletavam o lixo. Mas, se os varredores e vendedores caíam na rotina de trabalho do cotidiano, homens galhofeiros e mulheres de vida infeliz, peraltas e larâpios, boêmios, devotos de Baco, amantes das “temperadas” – completamente sonolentos – davam trégua às atividades e fuzarcas noturnas. (2008, p. 20-1) (grifo nosso).

Trata-se de uma descrição minuciosa do século XIX, onde podemos observar ainda a presença de escravos ladinos, prestando serviços forçados na cidade, bem como a chamada mulher da vida livre em plena companhia harmoniosa dos boêmios. A constatação de equipamentos, carroças, varredores, escravos, policiais, homens, mulheres, prostitutas, ladrões, boêmios, bem como funcionários de órgãos públicos, são fatos a serem considerados. Nesse relato do século XIX, a instituição policial parece que esteve complacente com os festeiros, já que sua atenção estava voltada para os serviços urbanos praticados pelos escravos sentenciados. Em alguns trechos dos relatos apresentados, identificamos formas carinhosas e até românticas na descrição dessas noitadas aracaianas.

Essas sonoridades da diversão encontradas na cidade tornaram-se pauta de preocupação e podemos constatar essas evidências e argumentação já no século XX através do Boletim da Secretaria de Segurança Pública<sup>4</sup> onde apresenta os lugares que deveriam “ser de maior fiscalização pela ordem pública” na cidade aracaiana, sendo: Bar Gruta Sergipana, Rua da Frente, atual Ivo do Prado, Cinema Rio Branco, Cinema Guarani, Cinema Rex, Rua do Bonfim, Bar Brama, Bairro Carro Quebrado, atual Bairro São José, Estrado de Ferro, Vapores e Marinetes e Hotéis e Pensões.

Serão nesses ambientes já citados que iremos encontrar em Aracaju um maior movimento no lazer e na diversão da gente simples e um maior controle social e vigilância quanto ao divertimento nas festas, nos passeios públicos (footings) e na boêmia aracaiana. Inúmeros diários de ronda citam também endereços como Café do Sr. Ildebrando, Café e Bilhar do Mesquita, Bar Brama, Clube República, Bilhar do Dé, Fla-Flu, Gato Preto, Pinga Pus, Moscou, Boteco do Lourival, Pau que Chora, que estavam, em sua maioria, localizados no centro

<sup>4</sup> Arquivo Público do Estado de Sergipe. Boletim, 14/02/1938. Fundo SSP. PC. 144. 1938.

da cidade e nas circunvizinhanças de bairros próximos. Nesses bares, nas sinucas, nos clubes, nas boates e nas diversas zonas de prostituição, eram servidas cervejas, vinho, aguardentes mergulhadas em ervas como milone, angico, junca, pindaíba, casca de lima e cidreira e meladinha, acompanhadas por rodela de caju, bem como bebidas mais sofisticadas para a época como conhaque, rum e whisky, todas acompanhadas por petiscos, com pratos regionais, sopa de mão de vaca, moqueca de arraia, galinha com arroz, passarinha (isca de fígado), pilombeta, espertinho de carne (engasga gato), mingau, arroz doce, munguzá e o tradicional cachorro-quente, que vale ressaltar que esse tipo de cachorro-quente era composto por uma espécie de panelada com carne moída ou frango misturado a linguças cortadas em rodela, que era servida com pão ou com arroz, fugindo assim do tradicional, de influência americana encontrado em outras regiões do Brasil. Esses locais possuíam uma singularidade, pois era considerado um espaço de reunião de gente pobre e simples, como uma espécie de reduto, onde para quem lá fosse ou estivesse presente seria sempre bem recebido, fazendo parte de códigos culturais internos.

Assim, música, dança, bebida alcoólica, comida regionais, jogos, apesar de alguns proibidos e presença de homens e mulheres formavam os ingredientes para as noitadas aracajuana. É possível identificar, então, um modelo de cidade sendo construído, tentando perceber suas contradições, seus discursos e suas práticas dissonantes, o que nos leva, a princípio, a afirmar que a ordem pretendida ou idealizada nem sempre coadunava com a ordem estabelecida.

As festas e celebrações, práticas de um coletivo, também possuíam seus momentos de tensões sociais que eclodiam em várias situações de convívio, expressados num desentendimento, num mau gesto ou num ato intencionado, provocando a chamada “rezinga” ou “barulho”. Porém, a violência não pertence apenas a um tipo de camada social; é inerente a todo processo social, independente da sua origem e classe. Além disso, a concepção de violência, muitas vezes, apresenta-se imposta de forma exterior à comunidade e aos membros, que dela participavam, que não possuíam a mesma concepção de Estado disciplinador. Para os integrantes de uma mesma comunidade, onde todos se conhecem, o “estranho” é o policial e não o seu igual. Nesse sentido,

são construídas formas de organização, normas e jurisdição próprias internas e que muitas vezes não são reconhecidas pela sociedade e vistas como desordem, desvio ou imoralidade.

A partir desses cenários, aprofundamos nossa discussão sobre os momentos festivos da população aracajuana e tentamos perceber as formas de vivências culturais e de transmissão desses saberes, bem como as dinâmicas internas dessa população.

O privilégio da escolha dos variados estilos chamados sambas e de suas rodas festivas era que representavam a mais completa *performance* envolvente e uma plena noção de redes de sociabilidades comunitárias herdadas de matrizes africanas, onde a ambiência, encontros e parcerias eram realizados em torno de um objetivo comum, trocas/socialização de conhecimento e visões de mundo. Há uma relação direta de identidade, laços de vizinhança, de parentesco ou de amizade, pertencimento (solidariedade) e uma intimidade entre os membros que são convidados a participar da sonoridade musical, dos improvisos e das pelepas, através do canto coletivo, da dança e da participação física. “A dança, as palmas, o coro e toda uma extensa gama de expressões corporais e coletivas são integrantes do ambiente sociomusical da roda de samba, *locus* primordial da experiência musical” (TROTТА, 2007, p. 119).

Entretanto, as danças, as músicas e os sons africanos legados e reelaborados no Brasil, em gêneros musicais populares nem sempre tiveram, em determinados espaços públicos, boa aceitação, sofrendo até rejeição. A cultura – e tomamos como exemplo a música, a dança e os ritmos no Brasil – sempre estiveram divididos por uma alternância dos modelos europeus, cosmopolita e a descoberta de caminhos próprios, nacionais, bem como uma dicotomia entre o erudito e o popular. Nesse sentido, o exercício dos sambas, dos ritmos e dos estilos de músicas praticados por uma população pobre representava, em primeiro lugar, formas de resignificação da cultura herdada e maneiras de se manter viva uma tradição. Após vários processos de conquista e lutas, todas essas culturas foram direcionadas como exemplos de brasilidades captadas como linguagem e possibilidade de expressão nacional.

A ida aos batuques, aos sambas, ou às reuniões festivas possui significados específicos para aqueles que as praticavam. Vai-se não só para

dançar, mas para conhecer, transmitir e receber conhecimento, trocar informações – sociabilidades. Na festa, existe um código comum, e quem dela participa está imbricado em laços de vizinhança, de reconhecimento, de fronteiras e de pertencimento, uma espécie de escolha e preferência daquele tipo de ocasião. Como diz José Guilherme Cantor Magnani, “todos sabem quem são, de onde vem, do que gostam e do que se pode ou não fazer” (1998, p. 12). Nas festas, a coletividade representada expõe suas dinâmicas socioculturais na base da convivência, na observação e na interpretação das ações ali contidas, ou seja, na pluralidade da sua própria existência. Por isso, a festa é um balaio e tudo vem junto dentro dele.

Batuques, toadas, emboladas, sambas diversos, baião, brincadeiras, forrós, cujas expressões foram encontradas na maioria da documentação pesquisada neste trabalho, bem como grupos regionais, violeiros, seresteiros e as rodas de sambas, são exemplos de ambiência e de espaço de convivência que se tornaram preciosos objetos de estudo. Nessas reuniões festivas uma coisa é certa: a existência de um espírito festivo, ideias de festejar, vontade de ser feliz.

Devemos destacar que os estabelecimentos dedicados a espetáculos ou divertimentos públicos, além de necessitarem de autorização prévia, ou seja, alvarás para construção passavam por vistoria e estavam sujeitos a visitas de técnicos para as averiguações. Os circos, por exemplo, necessitavam de uma autorização prévia para obtenção do lugar aonde iriam se instalar e o seu tempo de permanência. Além disso, esses estabelecimentos, conforme leituras realizadas nos Códigos de Postura das décadas de 1920 e 1930, poderiam funcionar, “sem produção de ruído e desde que, em suma, não cause incomodo e nem prejuízo a vizinhança”. Depois das 20h e antes das 7h, “será absolutamente vedado o funcionamento naqueles estabelecimentos de qualquer serviço ou de qualquer instalação, aparelho ou maquinismo que possa perturbar o repouso”.

Porém, devemos lembrar que o público que frequentavam esses locais citados anteriormente era constituído por um segmento social que nem sempre frequentavam cinemas ou teatros. Esses dois últimos espaços citados eram para a época, considerados de elite.

As idas ao cinema ou ao teatro se revestiam em um acontecimento social e isso necessitava de toda uma construção material e simbólica. Nesses ambientes eram pontos de encontros sociais, trocas de informações, namoros e até rixas. A calçada era o primeiro espaço para as encenações públicas, o footing, o saborear das guloseimas, o flerte. Devemos lembrar que o cinema representava um símbolo da modernidade e nas telas eram apresentados estilos de vida, comportamentos e forma de viver e de pensar. Assim, “os filmes divertiam, vendiam produtos, ditavam comportamento e auxiliavam na formação de opiniões” (MAYNARD, 2011, p. 125).

Os cinemas mais famosos e frequentados existentes na época eram o Guanary, o São Francisco, o Rex e o Rio Branco. Tínhamos também o cinema Vitória, o Tupy e o Cinema Operário que estavam localizados fora do centro urbano da cidade.

Nesses locais, durante o Estado Novo, eram executados o Hino Nacional, tanto no início quanto no fim das sessões, bem como os filmes promocionais governamentais que promoviam as linhas ideológicas do Estado Novo. Porém, quando as luzes do cinema apagavam e o anonimato ficava presente existiam diversos gritos, assobios durante a execução do hino. Outro fato interessante das sessões de cinema era a divisão espacial e social, como havia preços diferenciados, aqueles que sentavam nas chamadas “cadeiras” pagavam um preço diferenciado da chamada “geral”. Inclusive sobre as sessões de cinema, Andreza Maynard comenta que “não era incomum que se ouvisse um barulho ensurdecador, originado de gritos, pateados e assobios” e “as reclamações sobre o comportamento daqueles que adquiriam os ingressos mais populares eram frequentes. De acordo com um dos incomodados, o problema é que a geral fala alto” (2011, p. 123-4). Além disso, existiam aqueles que já tinham assistido o filme e começam a dizer o que iria acontecer, tipo “a menina vai cair”, “ele vai morrer”, “depois eles se casam”. Num período em que se esperava cultivar a ordem, alguns aracajuanos utilizavam a escuridão do cinema para extravasar sua liberdade.

A chegada do cinema sonoro ou falado como ficou popularmente conhecido, por exemplo, em Aracaju, foi um marco para a cidade, com exibição do primeiro filme sonoro ocorrido na primeira metade do século XX. Esse fato

transformou-se em símbolo de modernidade, supressão de antigos costumes e a confirmação que a cidade estava no dito processo civilizatório de comportamento que, naquele momento, estava sendo implantado. A expectativa, segundo o *Sergipe Jornal*, de 20 de novembro de 1930, era para que os cinemas “fiquem littteralmente cheios do nosso mundo elegante e do zé povo ávidos para conhecerem a derradeira invenção dos magnatas dos studios”. E após a sessão de estreia, o *Sergipe Jornal*, de 29 de novembro de 1930, publica que “deixou-nos excellente impressão, a estréia, hontem no Cine-teatro Rio Branco, do filme sonoro, a última contribuição dos Yankes ao gosto da humanidade”. Além disso, informou que a estreia apesar de “não demonstrar toda a sua plenitude, effectuou-se de forma a deixar a mais auspiciosa impressão”. O filme da *avant premier* foi *Hollywood Revue* (direção de Chuck Riesner/1929/EUA), da empresa Metro Goldwyn Mayer, que segundo o matutino tratava-se de um “filme falado, cantado, bailado, musicado e colorido com 22 números estonteantes” e continua afirmando que nele “ouve-se as melhores vozes do écran”. A questão da audição foi o grande diferencial do filme exibido, pois agora era necessário realizar um exercício mental de elaboração entre ver as imagens e ao mesmo tempo ouvir os sons produzidos. A sessão de cinema em questão, ocorrida no Cine-Teatro Rio Branco, teve cadeiras ao preço de 3.300\$000 réis, camarote a 15.500\$000 réis e geral 1.100\$000 réis. No final da notícia o semanário conclama aos leitores com um “ao Rio Branco, aracajuanos!”. As sessões de cinema começaram a ficar cheias por conta do filme sonoro com presença de gritos, pateados e assobios diante da novidade e o que tornou objeto de reclamações e novos comportamentos dos frequentadores nas sessões de cinema. Isso fez surgir outros personagens que também marcaram as sonoridades da urbe.

Durante a passagem do século XIX para o XX, o lufa-lufa das feiras livres, as ruas, a circulação de pessoas, os veículos, os hospitais, as casas de diversão, os bares de toda ordem, os parques, as instituições públicas, os colégios, os dobrados dos sinos das igrejas, os tics-tacs dos relógios, os automóveis e o divertimento e multiplicidade musical foram objetos de análise. Nesses espaços, foram estabelecidos vínculos de pertencimento pela população, como vivências e experiências culturais. São lugares de promoção de mediações entre os ditames

pré-estabelecidos pela sociedade dominadora e suas configurações do poder e as dinâmicas intrínsecas estabelecidas pelos indivíduos recriando a cidade, gerando o que chamamos de comunidade e de um processo de existência, hábitos de viver em conjunto com suas memórias emocionais, manifestada na empatia com o lugar. Esses diálogos entre os indivíduos e os lugares foram permeados de práticas, conflitos e diversidade cultural compartilhados num grupo, direcionados aos diversos momentos seja trabalho ou festivos dos vários segmentos sociais realizando assim as percepções das múltiplas experiências sociais urbanas praticadas na cidade.

## Referências

APROBATO FILHO, Nelson. *Kaleidosfone: as novas camadas sonoras da cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

LINDENFELD, Jacqueline. Palavras rituais nos mercados urbanos na França. Tradução de Karim Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 19, p. 31-43, 1999.

LOUREIRO, Kátia. A. S. *A trajetória Urbana de Aracaju: em tempo de interferir*. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas/INEP, 1983.

MACHADO, Ewerton Vieira. *Aracaju: paisagem e fetiches, abordagens acerca do processo urbano recente*. 1989. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

MARCON, Frank. Quilombo urbano da Maloca: espaço e etnicidade em Aracaju/SE. In: LEITE, Rogério Proença (Org.). *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade* (Org.). São Cristóvão: Editora da UFS, 2008. p. 89-107.

MAYNARD, Andreza. Aracaju, automóveis e cinemas: traços da modernidade no início do século XX. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.). *Populares na cidade: vivências de trabalho e lazer*. João Pessoa: Ideia, 2011. p. 109-131.

MELLINS, Murilo. *Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50*. Aracaju: UNIT, 2000.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

NUNES, Verônica Maria Meneses. Vida e movimento cultural da terra dos cajueiros. Olhares sobre a cidade sesquicentenária. *Exposição das Comemorações do Sesquicentenário da Aracaju*. Aracaju: Museu do Homem Sergipano, 2005.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1999.

SANTOS, Maria Nely. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju: Triunfo, 2008

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. *Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/SE*. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe /UFS, São Cristóvão, 2007.

SCHAFFER R. Murray. *A afinação do mundo*. São Paulo: UNESP, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons que vem da rua*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

TROTTA, Felipe. Juízos de valor e o valor dos juízos: estratégias de valoração na prática do samba. *Galáxia: Revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura*, São Paulo, n. 13, jun. 2007.